



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

IANN BARBOSA BESERRA GONÇALVES MACIEL

**RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A RÚSSIA: um estudo a partir
dos acordos bilaterais**

**JOÃO PESSOA
2021**

IANN BARBOSA BESERRA GONÇALVES MACIEL

**RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE O BRASIL E A RÚSSIA: um estudo a partir
dos acordos bilaterais**



Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação e Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Curso Superior em Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do grau de bacharelado em Administração.

Orientadora: Profa Patrícia Soares de Araújo Carvalho

JOÃO PESSOA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *campus* João Pessoa.

M152r Maciel, Iann Barbosa Beserra Gonçalves.

Relações comerciais entre o Brasil e a Rússia : Um estudo a partir dos acordos bilaterais / Iann Barbosa Beserra Gonçalves Maciel. – 2021.

60 f. : il.

TCC (Graduação – Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios, 2021.

Orientação : Prof^ª Patrícia Soares de Araújo Carvalho.

1. Relações comerciais – Brasil e Rússia. 2. Acordos bilaterais. 3. Comércio internacional. 4. Política externa. 5. Produtos negociados. I. Título.

CDU 339.5(81:470+571)(043)



INSTITUTO FEDERAL
Paraíba

CAMPUS JOÃO PESSOA
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS

PARECER 42/2021 - UA5/UA/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB

Em 8 de outubro de 2021.

FOLHA DE APROVAÇÃO
DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DISCENTE

IANN BARBOSA BESERRA GONÇALVES MACIEL

MATRÍCULA: 20162460045

TÍTULO

Relações comerciais entre o Brasil e a Rússia: um estudo a partir dos acordos bilaterais.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em 07/10/2021 ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em ADMINISTRAÇÃO.

Resultado: APROVADO

João Pessoa, 07/10/2021.

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SUAP)

Patricia Soares de Araújo Carvalho

Orientador(a)

Robson Oliveira Lima

Examinador(a) interno(a)

Ramon Leonn Victor Medeiros

Examinador(a) interno(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Patricia Soares de Araujo Carvalho**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/10/2021 11:13:12.
- **Robson Oliveira Lima**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 11/10/2021 08:43:14.
- **Ramon Leonn Victor Medeiros**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/10/2021 21:48:49.
- **Amanna Ferreira Peixoto**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/10/2021 21:23:52.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/10/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 227731

Código de Autenticação: 3c105258c6



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

RESUMO

O presente trabalho trata das relações bilaterais entre o Brasil e a Rússia, no âmbito comercial, dando destaque para os acordos firmados entre os anos 1990 e 2020, a fim de saber se esses contribuíram para o aumento do comércio entre os dois países. Através do tipo de pesquisa descritiva e explicativa, do procedimento metodológico bibliográfico-documental, objetiva-se: conhecer as políticas externas do Brasil e da Rússia; elencar os acordos bilaterais existentes entre Brasil e Rússia; identificar os produtos mais comercializados entre o Brasil e a Rússia. Para tal, inicialmente é apresentado o referencial teórico, em que elenca as teorias do comércio internacional, como apresentada por Ricardo (1982), Linder (1961), entre outros. Posteriormente, aponta-se a metodologia utilizada na pesquisa. Em seguida, traz a análise dos dados coletados, especificamente, para conhecer as políticas externas do Brasil e da Rússia, informar os acordos comerciais celebrados e indicar os produtos mais negociados entre os dois países. Por fim, nas considerações finais sobre a temática observou-se que, paralelamente às teorias do comércio internacional, os acordos comerciais contribuíram para o desenvolvimento do comércio entre o Brasil e a Rússia.

Palavras-chaves: Acordos bilaterais. Brasil. Rússia. Comércio internacional. Produtos mais negociados.

ABSTRACT

This work deals with bilateral relations between Brazil and Russia, in the commercial sphere, highlighting the agreements signed between the 1990s and 2020, in order to know if these contributed to the increase in trade between the two countries. Through the type of descriptive and explanatory research, the bibliographic-documentary methodological procedure, the objective is: to know the foreign trade policies of Brazil and Russia; list the existing bilateral agreements between Brazil and Russia; identify the most traded products between Brazil and Russia. To this end, the theoretical framework is initially presented, in which the theories of international trade are listed, as presented by Ricardo (1982), Linder (1961), among others. Subsequently, the methodology used in the research is pointed out. It then presents the analysis of the data collected, specifically, to learn about the foreign policies of Brazil and Russia, inform the trade agreements signed and indicate the products most traded between the two countries. Finally, in the final considerations on the subject, it was observed that, in parallel with the theories of international trade, trade agreements contributed to the development of trade between Brazil and Russia.

Keywords: Bilateral relations. Brazil. Russia. International trade. Most traded products.

LISTA DE ABREVIATURAS

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAN – Comissão Brasileiro-Russa de Alto nível de Cooperação

CIC – Comissão Intergovernamental Rússia-Brasil de Cooperação Econômica, Comercial Científica e Tecnológica

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

G20 – Grupo das 19 Maiores Economias do Mundo mais a União Europeia

ONU – Organização das Nações Unidas

OMC – Organização Mundial de Comércio

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Transações comerciais entre Brasil e Rússia no período de 1997 a 2020.....	33
Gráfico 2 - Exportações brasileiras para a Rússia no período de 1997 a 2020.	34
Gráfico 3 - Importações brasileiras originárias da Rússia no período de 1997 a 2020.	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO: Teorias do Comércio Internacional	13
2.1 Modelo Clássico	13
2.2 Modelo Neoclássico	15
2.3 Nova Teoria sobre o Comércio Internacional.....	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1 Tipo de Pesquisa.....	21
3.2 Coleta de dados	21
3.3 Análise dos dados	22
4 RESULTADOS	24
4.1 Políticas externas do Brasil e da Rússia.....	24
4.1.1 Política Externa brasileira	24
4.1.2 Política Externa Russa.....	28
4.2 Acordos bilaterais entre Brasil e Rússia	28
4.3 Produtos comercializados entre o Brasil e a Rússia.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6 REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE 01	43

INTRODUÇÃO

O Brasil e a Rússia possuem relações diplomáticas desde o ano de 1828, as quais, ao longo dos anos, foram intensificadas, mas também interrompidas, como ocorreu no período da revolução Russa em 1917. Em 1945, houve o restabelecimento da parceria, todavia, entre o período de 1947 até 1961, novamente, ocorreu a interrupção, em virtude da vigência no Brasil de uma forte repressão ao regime comunista. Após 1961, a parceria foi restabelecida e se mantém até os dias atuais.

A partir de 1997 a relação entre as duas nações intensificou-se, tendo em vista a criação da Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação (CAN), que conta como seu braço técnico-operacional, a Comissão Intergovernamental Rússia-Brasil de Cooperação Econômica, Comercial Científica e Tecnológica (CIC).

Outro importante ponto de estreitamento das relações foi a criação da Parceria Estratégica, em 2002, durante uma visita oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso à Rússia; além dessa, outras visitas de autoridades e o diálogo multilateral ocorreram em decorrência do G-20, Organização das Nações Unidas (ONU) e, não menos importante, dos BRICS, que corresponde às iniciais dos países integrantes, a saber: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

De acordo com o COMEXSTAT (2021) o produto mais importado da Rússia foram os fertilizantes e compostos nitrogenados; já os mais exportados do Brasil para a Rússia foram a carne e a soja. Ao analisar essa troca comercial, verifica-se que existe uma grande ajuda mútua, pois para a grande produção brasileira de soja e carne bovina necessita dos adubos e fertilizantes importados da Rússia; esses produtos são insumos básicos para o cultivo da soja e para a alimentação dos animais.

Neste contexto, o presente trabalho tem como problema o seguinte questionamento: em que medida os acordos bilaterais entre o Brasil e a Rússia podem contribuir para o desenvolvimento do comércio de ambas as Nações?

Diante dessa problematização, foi traçado o seguinte objetivo geral: estudar os pontos de relevância nas relações comerciais entre Brasil e Rússia a partir dos anos 1990. Para realização do objetivo geral foram traçados os objetivos específicos, a saber:

- Conhecer as políticas externas do Brasil e da Rússia.
- Elencar os acordos bilaterais existentes entre Brasil e Rússia.

- Identificar os produtos mais comercializados entre o Brasil e a Rússia.

Hipoteticamente, considera-se que os acordos pactuados entre as referidas nações têm contribuído para a expansão comercial, viabilizando, assim, a ampliação no volume de produção e comercialização de bens e serviços entre o Brasil e a Rússia.

Apesar da distância geográfica, os dois países apresentam semelhanças, como dimensão continental, riquezas naturais, crescimento econômico elevado, população numerosa, multiétnica e multirreligiosa, justificando, nesse contexto, o presente estudo, uma vez que é crescente a relação comercial entre o Brasil e a Rússia.

Além desta seção introdutória, este trabalho apresenta mais quatro capítulos. O primeiro traz o referencial teórico e bibliográfico sobre Comércio Internacional; o segundo discorre sobre a metodologia utilizada para alcançar os objetivos propostos; o terceiro apresenta os resultados e no quarto são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: Teorias do Comércio Internacional

Atualmente, os mercados e as nações estão, cada vez mais, globalizados, isto é, com o comércio de bens, de serviços, além do fluxo de pessoas e financeiros mais interligados (NÓBREGA; RIBEIRO, 2016).

Entretanto, como questionado por Vasconcelos (2011), o que leva os países a comercializarem entre si? Há algumas teorias do comércio internacional que tentam responder o mencionado questionamento. Todavia, no presente trabalho, abordaremos as principais teorias que tratam da temática, são elas: a Teoria Clássica, a Teoria Neoclássica, e, por fim, a Nova Teoria do Comércio Internacional.

2.1 Modelo Clássico

Os economistas clássicos argumentam que a explicação teórica para o comércio entre os países se dá por meio do chamado “princípio das vantagens absolutas”, que foi formulado por Adam Smith, e pelo “princípio das vantagens comparativas”, criado por David Ricardo.

No século XVIII, Adam Smith (1776), em seu livro “A Riqueza das Nações”, defendeu o livre comércio entre países, contrapondo-se ao protecionismo dos mercantilistas. Segundo Smith (1776), o protecionismo limitava o desenvolvimento do país e, assim, desenvolveu a teoria da vantagem absoluta, que tinha na capacidade produtiva a base do poderio econômico de uma Nação sobre as demais.

Nesse contexto, observa-se que o Estado deveria focar no aumento da produtividade de grandes quantidades de produtos e com baixa utilização de insumos para isso, o que ocasionaria na redução dos custos.

Sobre a temática, Smith (1985, *apud* COUTINHO *et al*, 2005, p.102), assevera:

Eis uma máxima que todo chefe de família prudente deve seguir: nunca tentar fazer em casa aquilo que seja mais caro fazer do que comprar. O alfaiate não tenta fabricar seus sapatos, mas os compra do sapateiro. Este não tenta confeccionar seu traje, mas recorre ao alfaiate. O agricultor não tenta fazer nem um nem outro, mas se vale desses artesãos. Todos consideram que é mais interessante usar suas capacidades naquilo em que têm vantagem sobre seus vizinhos e comprar, com parte do resultado de suas atividades, ou o que vem

a dar no mesmo, com o preço de parte das mesmas, aquilo de que venham a precisar.

Transpondo o presente entendimento para o âmbito do comércio exterior, vê-se que os países deveriam focar na produção de bens que não custem mais do que importá-los, para garantir-lhes vantagem absoluta. Após o atendimento do mercado interno, os produtos excedentes deveriam ser exportados e, da receita obtida com a venda desses, outros produtos com menores custos na importação do que na produção seriam adquiridos (COUTINHO *et al*, 2005).

A teoria das vantagens absolutas representa um marco para o entendimento do comércio entre os países, no entanto, possui algumas limitações, entre as quais, têm-se a exclusão comercial da Nação que não possui eficiência produtiva e, com isso, não possui produtos para dar em troca quando da importação (CARVALHO e SILVA, 2007).

Diante desta limitação, “entra em cena o conceito que vai dar embasamento, até hoje (ainda que com algumas atualizações), à defesa do livre comércio: o conceito de vantagem comparativa” (OLIVEIRA, 2007, p. 4), o qual foi apresentado por David Ricardo, em 1817, no livro “Princípios de Economia Política e Tributação”.

Segundo David Ricardo (1982 *apud* COUTINHO *et al*, 2005), a teoria de vantagem absoluta era limitada, uma vez que a possibilidade de ganhos comerciais não estava ligada apenas aos países que possuíam vantagem em produzir. Ademais, os países deveriam especializar-se na produção de bens que tivessem vantagem comparativa, aumentando sua produção doméstica.

Com isso, os países deveriam exportar os bens que possuem maior produtividade e importar os que possuem uma menor produtividade, a fim de que todos se beneficiem do intercâmbio comercial.

Nesse sentido, Ricardo (1982 *apud* COUTINHO *et al*, 2005), ao tratar da relação comercial entre a Inglaterra e Portugal, aponta que se a Inglaterra envia tecidos para Portugal e esse vinho para a Inglaterra, é porque haveria vantagem para ambos. Por exemplo, a Inglaterra possuía vantagem comparativa na produção de tecido, pois necessitava da mão de obra de 100 homens por ano, porém, para produzir vinho, a mão de obra necessária passava para 120 homens por ano. Já em Portugal, para a produção de vinho, era preciso a mão de obra de 80 homens por ano, enquanto para produzir tecido exigiria 90 homens por ano.

Dessa forma, o intercâmbio comercial entre Inglaterra e Portugal passou a ser interessante pela troca de tecido por vinho, visto que, para a Inglaterra seria mais caro produzir vinho do que importar. Já para Portugal, por mais que não fosse caro para produzir tecido nacional, seria mais vantajoso concentrar todo o capital na produção de vinho, o que garantia uma grande quantidade de produtos para exportação.

Apesar de algumas críticas em relação à teoria das vantagens comparativas, principalmente, por não ter considerado “a evolução das estruturas de oferta e da demanda, bem como das relações de preços entre produtos negociados no mercado internacional, à medida que as economias se desenvolvem e seu nível de renda cresce” (VASCONCELOS, 2011, p. 357), David Ricardo deixou um grande legado à Ciência Econômica, tendo em vista que a teoria das vantagens comparativas serve de engrenagem para novas formulações teóricas do comércio internacional, a exemplo do modelo teórico neoclássico de Heckscher-Ohlin, que relaciona a direção do comércio com a abundância ou escassez dos fatores de produção.

2.2 Modelo Neoclássico

Após um século da elaboração da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, surge a teoria de Heckscher e Ohlin. Em seus estudos sobre o comércio internacional, publicado em 1919, Eli Heckscher “incorporou novas variáveis ao estudo dos determinantes do comércio entre os países e tentou, fundamentalmente, avaliar os impactos sobre a distribuição de renda em um país quando este se abre ao comércio exterior” (BACK, 2020, p. 47).

Na década de 1930, o modelo desenvolvido por Heckscher foi revisado por Bertil Ohlin, dando a configuração inicial para o “Modelo Neoclássico” da teoria do comércio internacional. Em 1948, Paul Samuelson utilizou “métodos matemáticos para testar a hipótese de equalização dos preços relativos dos fatores, por isso o modelo é conhecido atualmente como modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson” (OLIVEIRA, 2007).

Ao contrário da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, que apenas considerava o fator de produção e mão de obra, o modelo básico desenvolvido por Heckscher e Ohlin, também conhecido como Teorema de Heckscher-Ohlin, segundo Krugman e Obstfeld (2001), afirma que a teoria das vantagens

comparativas surge através dos diferentes níveis de recursos para a produção de determinado bem, sejam esses recursos naturais, mão de obra e, até mesmo, capital.

Assim, a conclusão deste modelo “é que países se especializarão na produção dos bens que utilizam fatores de produção com abundância relativa, exportando esses bens e importando outros cujos fatores produtivos intensivos sejam relativamente escassos em seu território” (HECKSCHER E OHLIN, 2001, *apud* COUTINHO *et al*, 2005, p.104).

O corpo central da teoria neoclássica do comércio internacional ocorreu após a incorporação ao modelo de Heckscher-Ohlin de mais três teoremas, a saber: i) teorema de equalização dos preços dos fatores; ii) teorema de Rybczynski e; iii) teorema de Stolper-Samuelson (SILVA e LOURENÇO, 2017).

Assim, em síntese, a essência modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson baseia-se em quatro proposições que abrangem os resultados fundamentais da teoria clássica. São elas:

a) Teorema de Heckscher-Olin (H-O): com base nas diferenças de dotações domésticas dos recursos produtivos e no vigor do uso desses recursos na produção de diferentes produtos nesses países; b) Teorema de equalização do preço dos recursos: no contexto internacional, e, sob situações particulares, a equalização dos preços pode ocorrer via livre comércio, já no contexto interno, com preços mais estáveis, uma pequena alteração de um dos recursos, não deverá afetar o preço; c) Teorema de Stolper-Samuelson: demonstra matematicamente que os preços dos fatores de produção são proporcionais aos preços dos produtos produzidos pelos países. Por exemplo, se um país A exporta aviões e um país B exporta bananas, os preços dos fatores de produção no país A serão maiores que no país B. Portanto, os aviões concedam maior valor agregado no comércio, o seu custo de produção também seria maior. Em compensação, o país B teria vantagens na produção de produtos com custos menores. Ou seja, a remuneração relativa dos fatores é a mesma nos dois países – o comércio internacional produz uma tendência para a equalização dos preços dos fatores e funciona como um substituto perfeito da mobilidade internacional de fatores; d) Teorema de Rybczynski: foi outra contribuição ao modelo. Se os preços dos fatores estão constantes, o aumento da dotação de um dos fatores de produção, pode conduzir a um aumento da produção do bem que utiliza esse fator mais fortemente e uma redução na produção de outro bem (GONÇALVES *et al.*, 1998, *apud* BACK, 2020, p.46).

Uma das principais críticas ao modelo Heckscher-Ohlin foi publicada, em 1953, por Wassily Leontief. Em seu estudo, Leontief analisou as exportações e as importações dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Como resultado, foi percebido que os Estados Unidos exportavam produtos que embutiam menos capital por trabalhador do que as importações, ou seja, por ser um país rico em capital

e consideravelmente industrializado, as exportações apresentavam mais trabalho embutido do que as importações. Esse estudo empírico contrariou o esperado pelo modelo de Heckscher-Ohlin e, por isso, ficou conhecido como “Paradoxo de Leontief”.

Alguns estudiosos da área acreditam que o paradoxo de Leontief invalidou a teoria de Heckscher-Ohlin, pois consideram que “os Estados Unidos da América (EUA) detêm uma vantagem comparativa muito mais relacionada com a mão-de-obra altamente qualificada (i.e., capital humano) do que com o capital físico” (KOSHIYAMA, 2008, p. 25).

A partir desta observação é possível deduzir que os produtos exportados pelos Estados Unidos da América (EUA) são intensivos em capital humano e, assim, não utilizam trabalho relacionado a mão de obra menos qualificada.

2.3 Nova Teoria sobre o Comércio Internacional

Após análises referentes às teorias e considerando os estudos empíricos realizados relativos ao Modelo de Heckscher-Ohlin, bem como as transformações nas economias a partir da década de 1960, com a presença dos oligopólios, novas abordagens surgiram para explicar o comércio internacional, introduzindo-se questões relativas às economias de escala, às características da demanda, aos ciclos do produto.

Essa nova abordagem ficou conhecida como Nova Teoria do Comércio Internacional (NTT), que considera, além do comércio entre países desenvolvidos e periféricos, preconizado pelo modelo Heckscher-Ohlin, “o comércio entre países com igual dotação de recursos e a crescente troca de produtos razoavelmente parecidos, ou seja, o comércio intra-industrial” (KOSHIYAMA, 2008, p. 32).

Desenvolvida no final dos anos 70 e início dos anos 80, a Nova Teoria do Comércio Internacional tem como um de seus grandes expoentes Paul Krugman, que inova ao substituir as hipóteses de concorrência perfeita por hipóteses baseadas na concorrência imperfeita (COUTINHO, *et al.*, 2005).

Essa alteração parte do entendimento de que os custos da empresa reduzem à medida em que aumenta a quantidade produzida, ou seja, considera a existência de rendimentos crescentes de escala, e essa situação leva à existência de um mercado no qual as empresas atuam com um certo grau de monopolização. Neste contexto, os

retornos crescentes de escala possibilitaram que cada país produzisse uma variedade restrita de bens, “sem sacrificar, contudo, a variedade no consumo possibilitada pelo comércio internacional. Dessa forma, países idênticos em suas dotações de fatores e gostos podem, mesmo assim, ganhar com o comércio” (COUTINHO, *et al.*, 2005, p. 105).

Entre os modelos que procuram enfatizar características da demanda para explicar um novo padrão de comércio (intra-industrial), têm-se o trabalho do economista sueco Staffan Burenstam Linder, que procurou mostrar a ligação da demanda com o nível de renda *per capita*, pois, os países que apresentavam uma renda *per capita* elevada tenderiam a consumir mais quantidade de produtos sofisticados e industrializados, já os menos desenvolvidos, apresentariam um maior consumo de produtos primários, conforme explicado no modelo de Heckscher-Ohlin.

Segundo Linder (1961), a similaridade entre rendas *per capita* dos países é fator facilitador para o comércio, assim, evitava-se a produção para exportação dos produtos cujo consumo interno do país fosse relativamente baixo, visto que este mercado gerava incerteza, pois era desconhecido, e não seria facilmente controlado. Portanto, de acordo com Linder (1961, *apud* KOSHIYAMA, 2008, p.33), quanto mais semelhante fosse “a demanda dos países (ou seja, quanto mais próximo o nível de desenvolvimento dos países), mais fácil e maior é o comércio entre esses países, pois eles tenderão a produzir bens que mais facilmente atendem à demanda de potenciais importadores”.

As teorias que consideram o lado da demanda para explicar o novo padrão do comércio internacional entendem que os produtos exportados devem ser aqueles já produzidos para atender ao próprio mercado doméstico pois, assim, os países exportadores conseguem evitar as incertezas associadas a esse mercado que é menos conhecido e controlável. Entretanto, é necessário que os parceiros comerciais possuam estruturas de demanda relativamente parecidas, sendo a concorrência entre países, estabelecida com base em um processo de diferenciação de produto (GREMAUD, TONETO JR e VASCONCELOS, 2018; KOSHIYAMA, 2008).

Por sua vez, tem-se o modelo publicado em 1966 pelo economista americano Raymond Vernon, que, após revisitar o modelo do ciclo do produto, defende a ideia de que o comércio internacional é afetado por três estágios deste ciclo, a saber: inovação, maturidade e padronização.

Na fase de inovação, o produto inovador restringe-se aos mercados de alta renda, enquanto as exportações destinam-se a países de gosto e renda semelhantes, de modo que a rivalidade comercial é baixa. Na segunda fase de maturidade, as exportações passam a se direcionar para outros países, na medida em que os custos começam a importar mais que as características inovadoras do produto como fator de competitividade. Na fase de padronização, na qual as exportações finalmente atingem os países mais pobres, a rivalidade comercial internacional já é marcante e faz com que o diferencial de custos seja o fator determinante de competitividade (VILLELA e BRUCH, 2017, p. 195).

De acordo com a explicação desenvolvida por Raymond Vernon, os países considerados desenvolvidos possuem vantagens comparativas na produção daqueles bens “que são pioneiros, em que conseguem introduzir inovações em função da qualificação de sua mão-de-obra, de seus recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e da estrutura de demanda que possuem” (GREMAUD, TONETO JR e VASCONCELOS, 2018, p. 538). Por conseguinte, esse país conseguirá exportar esse produto inovador, entretanto, com o passar do tempo, o processo estará padronizado e, assim, “a importância da qualificação da mão-de-obra e dos recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) praticamente desapareça. Nesta fase do ciclo do produto, sua produção poderá mudar de país e situar-se em países menos desenvolvidos, os quais também passariam a exportá-lo” (KOSHIYAMA, 2008, p. 34).

Neste contexto, a partir da explicação desenvolvida por Raymond Vernon, verifica-se a existência de uma distinção clara nas exportações: de um lado países desenvolvidos exportam produtos de alta tecnologia e intensivo em mão-de-obra qualificada e, do outro lado, países em desenvolvimento concentram sua produção e exportação em produtos padronizados e com sérias dificuldades para se especializar na produção de bens que demandam alta tecnologia.

Além das teorias aqui apresentadas, atualmente, existem várias outras teorias e estudos que buscam entender e explicar o comércio entre os países e/ou avaliar o impacto dos tratados e das alianças com objetivo de incentivar o comércio e/ou analisar os determinantes do comércio bilateral, a exemplo dos modelos gravitacionais que, com o auxílio da teoria gravitacional da física, buscam explicar os fluxos comerciais pelas forças de atração e repulsão¹; no modelo econômico, a força da

¹ Na física, a força de atração é a massa do corpo e a força de repulsão é a distância entre os corpos.

atração representa o tamanho da economia e a força da repulsão representa as distâncias entre os países.

Assim, o sucinto referencial aqui apresentado buscou apenas mostrar que a análise do comércio internacional é de longa data, ainda, está em constante evolução, a fim de encontrar variáveis e construir um modelo que melhor explique as razões pelas quais alguns países comercializam entre si.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), compreendendo a sua tipologia, os métodos de coleta e análise dos dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

Seguindo a tipologia de Gil (2002), será mostrada a classificação desta pesquisa quanto aos objetivos e aos procedimentos técnicos; assim, do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa pode ser classificada em três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas.

Desta forma, a presente pesquisa pode ser denominada como descritiva, que “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” e explicativa, pois “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 42). Essas classificações são possíveis em razão de esse TCC buscar verificar se os acordos comerciais firmados a partir dos anos 1990 contribuíram para aumentar o fluxo comercial entre o Brasil e a Rússia, sem, contudo, ter a finalidade de esgotar a matéria.

Quanto aos procedimentos técnicos, essa pesquisa pode ser classificada como bibliográfica já que é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”; e documental pois “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico” (GIL, 2002, p. 44). A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros, artigos científicos, teses e dissertações e em sites especializados; já a pesquisa documental foi realizada em documentos públicos.

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de análise bibliográfica, documental e de dados. A coleta bibliográfica ocorre em três momentos: o primeiro visa definir o

problema e decidir sobre as etapas da pesquisa; o segundo, busca construir um referencial teórico sobre o comércio internacional; por fim, o terceiro, faz um levantamento bibliográfico no portal de periódicos da CAPES na busca de publicações que revelasse as políticas e os acordos comerciais do Brasil e da Rússia.

Sobre a pesquisa nos periódicos da CAPES, a expressão de busca utiliza a combinação dos termos com os operadores booleanos. Assim, a expressão de busca considerada foi:

acordo* (comerci* OR bilatera*) OR "política* comercia*" Brasil AND Russia

O operador AND é usado quando dois termos são combinados, retornando documentos que contenham os dois termos. Os registros que não contenham nenhum dos termos ou apenas um deles não são retornados na busca. O operador OR é usado para vincular semanticamente os termos relacionados, como sinônimos e as formas singular e plural dos termos. (ALMEIDA; CENDÓN, 2015)

Além dos operadores OR e AND, faz-se uso dos seguintes recursos de pesquisa: aspas, asteriscos e parênteses. As aspas auxiliam na busca por uma frase exata; os asteriscos no final da palavra ampliam a busca pois recuperam variações dos sufixos; os parênteses agrupam termos dentro de uma expressão.

O recorte temporal considerou publicações de 01 de janeiro de 2019 a 31 de maio de 2021. A delimitação do período levou em consideração pesquisas recentes bem como o fato de que os estudos recentes já condensam resultados de publicações anteriores.

Para identificar os produtos exportados e importados do Brasil para a Rússia coletou-se os dados no COMEXSTAT².

3.3 Análise dos dados

Os dados coletados com o auxílio dos operadores booleanos e dos recursos de pesquisa no portal de periódicos da CAPES foram sistematizados e organizados em Quadro (Ver Apêndice 01). Após a identificação dos artigos elegíveis, foi realizada a leitura dos resumos para identificar os objetivos e as palavras chaves e, assim,

²Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 25 set. 2021.

selecionar as publicações que tinham correlação com a problemática e os objetivos deste TCC.

A partir da análise bibliográfica e documental, o presente estudo buscou estudar os pontos de relevância nos acordos comerciais assinados entre o Brasil e a Rússia, considerando hipoteticamente que os acordos pactuados entre as referidas nações têm contribuído para a expansão comercial, viabilizando, assim, a ampliação no volume de produção e comercialização de bens e serviços entre o Brasil e a Rússia. Para isso, levou-se em consideração apenas os conteúdos que envolvem os acordos comerciais, apesar de que, outras temáticas foram incluídas, por serem relevantes para complementar a análise.

Os dados extraídos do portal de acesso às estatísticas de comércio exterior do Brasil foram analisados quantitativamente com o auxílio do editor de planilhas, o Microsoft Excel³, e com a demonstração dos resultados em gráficos; esses dados também foram analisados qualitativamente, uma vez que a pesquisa buscou na literatura consultada explicações para os movimentos comerciais no Brasil e da Rússia no período considerado.

³ O Microsoft Excel é um editor de planilhas produzido pela Microsoft para computadores.

4 RESULTADOS

Este capítulo descreve os resultados da pesquisa e, para uma melhor apresentação, o capítulo é dividido em três seções. A seção 4.1 apresenta as políticas externas do Brasil e da Rússia; a seção 4.2 mostra os acordos bilaterais existentes entre Brasil e Rússia e, por fim, a seção 4.3 os produtos comercializados entre o Brasil e a Rússia.

4.1 Políticas externas do Brasil e da Rússia

O primeiro objetivo específico foi conhecer a política externa do Brasil. Nesta etapa, foi realizado um levantamento bibliográfico no portal de periódicos CAPES. Dentre os 71 arquivos elegíveis, após análise dos objetivos e das palavras chaves, apenas 1 apresentou-se relevante, a saber: “O lugar das fontes renováveis no relacionamento do Brasil com os "RICS" na área de energia: uma análise da agenda bilateral e das declarações de cúpula (1990-2018)”, que tinha por objetivo “investigar a realidade energética nos BRICS de modo a orientar, em particular, a compreensão sobre como as energias renováveis encontram-se inseridas na relação entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul”. Após a leitura na íntegra deste trabalho optou-se por não o considerar como referência para conhecer as políticas externas e os acordos comerciais do Brasil e da Rússia, visto que o mesmo enfatiza sua análise para os BRICS.

Nesse contexto, é importante apresentar, ainda que breve, a política externa do Brasil e da Rússia. No caso do Brasil, será realizado um levantamento da política externa adotada a partir no período compreendido entre os anos de 1997 e 2020. Com relação à Rússia, será apresentada a política externa a partir de 1991 até 2020.

4.1.1 Política Externa brasileira

Inicialmente, o que é política externa de um país? Sobre a temática, Merle (1990 *apud* FIGUEIRA, 2011, p.5) afirma: “A política externa é constituída por um conjunto de iniciativas que emanam do ator estatal, tendo em vista mobilizar para o

serviço o máximo de fatores disponíveis tanto no ambiente interno como no ambiente externo.”

Já para Manfred Wilhemy (1988 *apud* OLIVEIRA, 2005), a política externa consiste em um conjunto de atividades políticas praticadas por um Estado com o intuito de atingir os seus interesses junto a outras Nações. Por sua vez, Russel (1990 *apud* OLIVEIRA, 2005) amplia a perspectiva do que venha a ser a política externa, tendo em vista que a compreende em três frentes, são elas: político-diplomática, militar-estratégica e econômica, as quais se projetam no âmbito externo de um país e com a participação de instituições governamentais e não governamentais, seja bilateralmente ou multilateralmente.

Em linhas gerais, a política externa de uma Nação diz respeito ao modo pelo qual essa trata as questões internacionais, principalmente, com outros Estados, almejando equilíbrio interno e externo, para os âmbitos diplomático, militar e econômico.

Dada a importância das relações internacionais em suas múltiplas frentes, como apontado acima, no Brasil, a política externa ganhou atenção constitucional, já que o art. 4º da Constituição Federal de 1988 (CF/88), assim disciplina:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, Constituição Federal de 1988, grifo nosso).

Entre os mencionados princípios, destaca-se a independência nacional, igualdade entre Estados, cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, uma vez que se relacionam diretamente com o aspecto econômico, o qual é o foco do presente estudo.

Além desses princípios, no Título da Ordem Econômica e Financeira, a Constituição Federal de 1988 também traz outros, os quais são responsáveis por direcionar a atuação do Estado na condução econômica. Essa, em essência, deverá ser conduzida à satisfação do interesse nacional.

Apesar de existir previsão legal quanto à atuação do Estado brasileiro na seara internacional, na prática, condução da política externa, principalmente, a comercial, vai ser ditada em harmonia com o plano de governo do Presidente da República em exercício, de modo que, ao longo dos anos, o Brasil adotou uma política externa comercial mais aberta a parcerias comerciais e, por vezes, mais restritiva.

Por exemplo, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC)⁴:

‘a política externa era caracterizada pela ‘autonomia pela participação’, ou seja, pela ‘adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal, sem a perda da capacidade de gestão de política externa, com o objetivo de influenciar a própria formulação dos princípios e das regras que regem o sistema internacional’ (VIGEVANI, 2007, *apud* ROSA, 2014, p. 53).

Todavia, na prática, não foi o que se observou quando da gestão de FHC. Segundo Rosa (2014), o Brasil ingressou nos circuitos econômicos aceitando a qualidade de país periférico, subdesenvolvido, e, assim, subordinou-se aos países desenvolvidos. Esse fato ocasionou um aprofundamento na assimetria da política externa brasileira, que, à época, poderia ter sido diferente, caso tivesse dado preferência ao fortalecimento do comércio da América do Sul.

No governo Lula⁵, diferentemente do anterior, segundo o discurso político, no tocante à política externa, a prioridade seria: “a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social” (OLIVEIRA, 2014, p. 4). Durante as negociações internacionais, sua gestão também pretendia, conseguir regras consideradas justas e adequadas para o Brasil, de acordo com a condição de desenvolvimento da nação (OLIVEIRA, 2014).

No entanto, na prática, durante a gestão Lula, ficou perceptível a viabilização do multilateralismo, visto que o presidente buscou uma contraposição ao unilateralismo norte-americano (PINHO, 2016). Com isso, a República Federativa do Brasil passou a dialogar em diversas vertentes, como na criação do G-20, na

⁴ Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), referente aos anos de 1995 a 2003.

⁵ Governo Luiz Inácio Lula da Silva, referente aos anos de 2003 a 2010.

participação do G-4 e até mesmo no fomento ao BRICS. O alinhamento de países com interesses e objetivos similares ao do Brasil, como os países emergentes que fazem parte do BRICS, representou, de forma positiva, uma elevação na voz da referida nação quanto ao diálogo internacional (PINHO, 2016).

Já nos governos Dilma e Temer, não houve diferenças significativas comparadas ao governo Lula. Durante seu discurso de posse, a presidente citou suas pretensões quanto a política externa:

Nossa política externa estará baseada nos valores clássicos da tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio da não intervenção defesa dos direitos humanos e fortalecimento do multilateralismo. (...) Vamos dar grande atenção aos países emergentes. O Brasil reitera, com veemência e firmeza, a decisão de associar seu desenvolvimento econômico, social e político ao de nosso continente. Podemos transformar nossa região em componente essencial do mundo multipolar que se anuncia (...) nossa ação continuará propugnando pela reforma dos organismos de governança mundial, em especial as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança.

No governo Bolsonaro⁶, iniciado em 2018, a nova gestão tem como lema a prevalência dos interesses nacionais sobre a política externa, a fim de promover e proteger o país, entretanto, o presente governo tem duvidado da importância da participação nacional dos esforços e mecanismos multilaterais de cooperação, acreditando-se, assim, que os interesses e a soberania do país não são respeitados (RÚSSIA, Ministério das Relações Exteriores da Rússia, 2019).

Diferentemente da visão e da estratégia dos governos FHC, Lula, Dilma⁷ e Temer⁸, que, ao perceberem uma certa submissão aos países desenvolvidos, optaram por fortalecer as parcerias com os emergentes (PINHO, 2016), o governo Bolsonaro demonstra maior interesse em aproximação com os países desenvolvidos, como os Estados Unidos da América, Israel, Japão, Coreia do Sul, Itália. Apesar dessa busca por aproximação dos países desenvolvidos, a atual gestão vê as relações bilaterais com a Rússia como sendo favoráveis aos interesses estratégicos nacionais (RÚSSIA, Ministério das Relações Exteriores da Rússia, 2019).

⁶ Governo Jair Messias Bolsonaro, referente aos anos de 2019 a 2023.

⁷ Governo Dilma Rousseff, referente aos anos de 2011 a 2016.

⁸ Governo Michel Temer, referente aos anos de 2016 a 2019.

4.1.2 Política Externa Russa

Durante a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a ascensão da Federação Russa, o caos e as crises tornaram-se presentes no ex-território Soviético, marcados, claro, pelo governo Boris Yeltsin (ROSA, 2014). A nova administração após o fim da superpotência da URSS foi representada por grandes transformações como por exemplo as privatizações de grandes empresas, anteriormente, estatais.

Quanto à política externa de seu mandato, "esta esteve engajada nos esforços de reforma interna e na tentativa da Rússia de se aproximar do Ocidente, por via da integração a suas instituições" (ROSA, 2014, p. 65).

Com a chegada de Vladimir Putin à presidência da Rússia, o país voltou a crescer economicamente através de suas estratégias, como por exemplo, a criação de mecanismos que possibilitaram a apropriação da renda gerada pelos setores de gás natural e petróleo, visto que a Rússia detém o maior reservatório de gás e é a sétima maior de petróleo do mundo. (ROSA, 2014, p. 67).

4.2 Acordos bilaterais entre Brasil e Rússia

O segundo objetivo específico foi identificar os acordos bilaterais que envolvem aspectos econômicos firmados entre os países Brasil e Rússia a partir dos anos 1990. Inicialmente foi consultado o endereço eletrônico da Embaixada da Federação da Rússia na República Federativa do Brasil⁹ e da Embaixada do Brasil em Moscou¹⁰. Nesses endereços eletrônicos foi possível identificar o histórico das relações bilaterais entre esses dois países. Assim, pode-se constatar que as primeiras relações que entre esses países foram estabelecidas em 3 de outubro de 1828, sendo interrompidas em 1917 e restabelecidas em 1945; em 1947 foram novamente interrompidas, voltando o restabelecimento em 1961. No ano de 1997 foi criada a Comissão Russo-Brasileira de Alto Nível de Cooperação (CAN). Sob o amparo da CAN¹¹ funciona ...

⁹ Disponível em: https://brazil.mid.ru/web/brasil_pt. Acesso em: 10 set. 2021.

¹⁰ Disponível em: http://moscou.itamaraty.gov.br/pt-br/brasil_-_russia.xml. Acesso em: 09 set. 2021.

¹¹ Comissão Russo-Brasileira de Alto Nível de Cooperação.

a Comissão Intergovernamental Rússia-Brasil de Cooperação Econômica, Comercial Científica e Tecnológica (CIC), que se desdobra em sete subcomissões: a) Cooperação Econômico-Comercial; b) Cooperação Científica e Tecnológica; c) Cooperação Espacial e Cooperação em Energia; d) Cooperação Técnico-Militar; e) Cooperação Alfandegária; f) Cooperação Interbancária e Financeira; g) Comitê Agrário. São realizadas, também, reuniões de Consultas Políticas entre as duas Chancelarias (EMBAIXADA DO BRASIL EM MOSCOU, 2021)

A CAN ficou responsável por definir as estratégias e rumos para a relação bilateral entre essas duas grandes nações, como na área política, econômica, comercial, científica, técnica, industrial, financeira e também na área de investimentos. E, não menos importante, responsabilizou-se em criar um ambiente benéfico para empresários brasileiros e russos atuarem em ambos os países, fomentando assim as duas economias (GOVERNO DA FEDERAÇÃO RUSSA, 1997).

Cabe aqui registrar que os acordos internacionais são estabelecidos entre dois ou mais Estados. No Brasil, além do presidente da república, outras autoridades também podem assinar esses tratados, como o Ministro das Relações Exteriores e os embaixadores chefes de missões diplomáticas (BRASIL, 2018). A CAN, por exemplo, foi assinada pelo então presidente da Federação da Rússia, Boris Yeltsin, e pelo então Vice-Presidente do Brasil, Marco Maciel.

De acordo com Holanda (1988 apud GUIMARÃES; MARTCHENKO, 1988, p. 18), a primeira visita oficial de um chefe de estado brasileiro ocorreu no ano de 1988, quando o presidente José Sarney fez uma visita a Moscou, com o objetivo de ter acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos “dos países do bloco socialista porque as nações mais avançadas do bloco ocidental estabeleceram restrições à tecnologia de ponta, seja no campo nuclear, na computação eletrônica ou na biotecnologia”.

No ano de 2002, durante uma visita oficial do presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso à Rússia, foi assinado o acordo de “Parceria Estratégica” que teve por objetivo estimular as relações bilaterais e, para isso, foram delineados vários planos de cooperação nas mais diversas áreas do conhecimento, os quais possibilitaram um incremento nas trocas comerciais entre esses países, mas que só adquire mais substância e conteúdo a partir de 2010.

A ideia de Parceria Estratégica remete a um relacionamento privilegiado e abrangente, o qual também serve como ferramenta para

a consecução dos interesses dos Estados e para alterar seu status quo no sistema internacional. No plano bilateral, a Parceria Estratégica será responsável por colocar em marcha uma série de projetos, com maior ênfase nas áreas de ciência e tecnologia e defesa. Os resultados desses contatos, porém, foram pouco palpáveis, pelo menos até meados da década passada. Por outro lado, verifica-se que as convergências entre os dois países no plano multilateral foram a pedra angular do relacionamento estratégico desenvolvido no âmbito bilateral (ROSA, 2014, p.8).

Ainda de acordo com Rosa (2014), após a assinatura da Parceria Estratégica, as primeiras negociações comerciais entre o Brasil e a Rússia culminaram com o início da venda de carne brasileira à Rússia, o que ocasionou alguns atritos comerciais e encontros políticos.

Em 2004, o Presidente Vladimir Putin viajou ao Brasil, marcando assim, a primeira visita de um Presidente russo ao Brasil na história das relações bilaterais. De acordo com Wiira (2019, p. 7), um dos objetivos da visita do Presidente russo ao Brasil em 2004 foi discutir uma solução “ao então vigente “embargo” à carne bovina brasileira, uma série de limitações à importação desse produto que foi imposta pelo governo russo e atingiu o setor brasileiro”. Sobre esta pauta, a solução encontrada foi a flexibilização das barreiras fitossanitárias sobre a carne importada pela Rússia.

Além disso, em 2004 “foi firmado o apoio do Brasil à entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC), e a Rússia afirmou de forma concreta pela primeira vez o apoio à entrada do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Além das negociações que envolvem a carne vendida pelo Brasil, a vinda de Putin ao Brasil, tinha outra pauta comercial: a compra de caças russos dentro do programa FX, em valor estimado de US\$ 700 milhões (ROSA, 2014, p. 108).

Outras demandas foram tratadas nesta ocasião, como foi o caso da cooperação na área espacial prestada pela Rússia à Força Aérea Brasileira, para sua base de lançamentos de foguetes, conhecida como “Centro de Lançamento de Alcântara”, localizada no Município de Alcântara, no estado do Maranhão.

No ano de 2005 foi a vez do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva fazer uma visita de reciprocidade à Rússia. Nesta ocasião foi celebrada a “Aliança Tecnológica” entre Brasil e Rússia, tendo como ponto alto a cooperação na área espacial, com a ida do astronauta brasileiro Marcos Pontes ao segmento russo da Estação Espacial Internacional, em 2006 (ROSA, 2014).

De acordo com Wiira (2019, p. 7), entre os anos 2006 e 2009 houve uma “baixa prioridade que Rússia e Brasil conferiam-se mutuamente em questões concretas da relação bilateral, um franco contraste com a fluidez no diálogo político em âmbito multilateral”.

Nesse período o Brasil conseguiu saldo positivo em sua balança comercial com Rússia, sendo este saldo impulsionado pela exportação de carnes brasileiras. É desse período que são iniciadas as negociações que culminaram com o BRICS, o qual possibilitou o aumento do diálogo multilateral e intercâmbio comercial.

A respeito dos BRICS, este é um grupo formado por 5 países emergentes em relação ao seu desenvolvimento econômico, sendo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Constituído no ano de 2001, mas com a abertura para diálogo entre os participantes no ano de 2006, teve sua primeira reunião oficial no ano de 2008, na cidade de Ecatimburgo, Rússia (BRASIL, 2019).

Os países que compõem o grupo são bem diferentes, entretanto, o dinamismo econômico interno de cada economia e a vontade de uma nova arquitetura de Estados que seja mais favorável para a inserção desses países.

Sobre a temática:

Ao longo de sua primeira década, o BRICS desenvolveu cooperação setorial em diferentes áreas, como ciência e tecnologia, promoção comercial, energia, saúde, educação, inovação e combate a crimes transnacionais. Atualmente, essa cooperação setorial, que abrange mais de 30 áreas, traz importantes benefícios concretos para as populações dos países do agrupamento. É o caso da Rede de Pesquisa em Tuberculose, que visa a introduzir medicamentos e diagnósticos de qualidade a preços acessíveis (BRASIL, 2019).

Segundo Baumann (2015, p. 23, grifo do autor):

Todos os BRICS são economias classificadas como ‘grau de investimento’, e as perspectivas são de preservação desse status. Alguns deles – como o Brasil e a Rússia – permanecem, contudo, dependentes de exportações de commodities, e com isso tornam-se mais vulneráveis a flutuações de preços internacionais.

Em 2008, surgiu mais uma conquista para essas duas nações em termos de proximidade, pois as relações completavam seus 180 anos de relações diplomáticas. Com isso, foi celebrada a isenção de vistos para viagens curtas de até 90 dias, entrando em vigor apenas no ano de 2010 (BRASIL, 2021).

Ainda no ano de 2010 foi firmado o Plano de Ação da Parceria Estratégica, que reiterou “os pontos de diálogo político, o desejo de uma ordem internacional mais democrática, o destaque ao papel central da ONU ressaltando a necessidade de reforma do seu Conselho de Segurança, e declarações sobre BRICS (WIIRA, 2019, p. 8). Este plano foi atualizado em 2012, num documento que ficou conhecido como “Plano de Ação da Parceria Estratégica: próximos passos”.

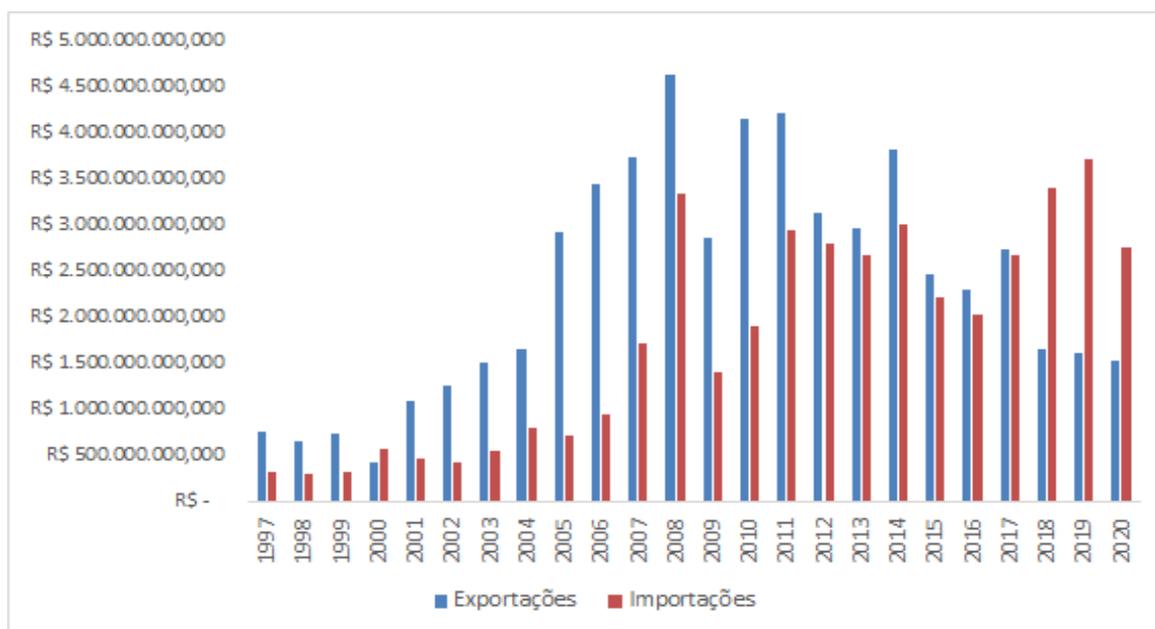
Um marco econômico importante para as relações comerciais entre Brasil e Rússia aconteceu em 2014, quando, conforme Golub (2019), a Câmara de Comércio Exterior do Conselho de Ministros do Brasil aboliu os impostos sobre a importação de fertilizantes de alta qualidade e ecologicamente seguros produzidos na Rússia, o qual se tornou um dos principais produtos importados pelo Brasil de origem da Federação Russa.

No ano de 2017, durante a visita oficial do presidente do Brasil Michel Temer, foram assinados alguns documentos, dentre eles a Declaração Conjunta da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia sobre Diálogo Estratégico em Política Externa (BRASIL, 2021).

4.3 Produtos comercializados entre o Brasil e a Rússia

O terceiro objetivo específico foi apresentar os produtos mais comercializados entre os países Brasil e Rússia. Para alcançar este objetivo levou em consideração o período de 1997 até o ano de 2020. A escolha por este período está relacionada à disponibilidade dos dados pelo Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil - COMEXSTAT -, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e pelo importante marco comercial e econômico desempenhado a partir de 1997 pela Comissão Russo-Brasileira de Alto Nível de Cooperação (CAN) para as relações bilaterais entre o Brasil e a Rússia.

Gráfico 1 - Transações comerciais entre Brasil e Rússia no período de 1997 a 2020.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no Portal Comexstat, 2021.

No ano inicial de análise do presente estudo, 1997, percebe-se uma timidez nas trocas comerciais entre o Brasil e a Rússia. Conforme pode ser visualizada no Gráfico 01, as exportações brasileiras (azul) com destino ao mercado russo atingiram um valor inicial de US\$ 756.249.700, já a importação (vermelha) de origem russa foi de US\$322.449.171.

Considerando apenas os valores transacionados no ano de 1997, verifica-se que estes são baixos, visto o poder econômico dessas grandes nações, justificando assim o interesse desses dois países em promover um incremento comercial, como foi o caso da criação da Comissão Russo-Brasileira de Alto Nível de Cooperação (CAN), ainda em 1997.

Após a criação da CAN, verifica-se um crescimento no volume comercializado, com destaque para o ano de 2008 em que as exportações brasileiras para a Rússia atingiram seu maior volume: US\$ 4.631.438.845,00; já o ponto alto das importações russas ocorreu no ano de 2019, atingindo o valor de US\$ 3.715.806.864,00.

Gráfico 2 - Exportações brasileiras para a Rússia no período de 1997 a 2020.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no Portal Comexstat, 2021.

Como mencionado na seção 4.2, as questões econômicas e comerciais estão entre as atribuições de responsabilidade da CAN. Assim, como pode ser mais bem visualizado nos Gráficos 02 e 03, os resultados comerciais entre Brasil e Rússia cresceram consideravelmente.

Entretanto, conforme assinalado por Rosa (2014), o aumento no fluxo comercial entre o Brasil e a Rússia ocorreu com a presença de algumas controvérsias, especialmente na área comercial, como foi o caso da imposição de restrições à entrada de determinados produtos a partir dos anos 2000.

Como verificado no Gráfico 02, as exportações do Brasil para a Rússia começaram a crescer a partir do ano 2001 e continuou em grande crescimento até atingir seu ápice em 2008, com o valor de U\$4,6 Bilhões. No período de 1997 até 2003 a maior parte dos produtos exportados para a Rússia foram do ramo alimentício, ou seja, produtos básicos. Nos anos 1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2003, o açúcar foi o principal produto brasileiro exportado para a Rússia (COMEXSTAT, 2021).

Em 2002 foi assinado o acordo de “Parceria Estratégica”, o qual buscou, entre outros, estimular as relações bilaterais nas áreas de ciência e tecnologia e defesa. Neste ano, a carne brasileira assumiu a liderança das exportações, seguido pelo açúcar.

A partir de 2004, houve uma mudança na pauta comercial: a carne brasileira se consolidou como principal produto adquirido pela federação russa; a exceção foram os anos de 2011, que teve como líder o açúcar; e os anos 2018 e 2020 que teve a soja representando o maior percentual das exportações brasileiras para a Rússia (COMEXSTAT, 2021). O ano de 2004 também registra a visita do Presidente russo ao Brasil para discutir uma solução para as barreiras fitossanitárias impostas à carne bovina brasileira.

De acordo com Jubran (2012, p. 139-140), o sucesso das exportações da carne brasileira para a Rússia é fruto de um amplo entendimento caracterizado por concessões políticas e comerciais mútuas que envolve o apoio brasileiro à entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio (OMC), a suspensão das medidas *antidumping* em vigor contra a Rússia e o aceite da aplicação do sistema russo de cotas para carnes. Entretanto, algumas barreiras fitossanitárias à carne proveniente do Rio Grande do Sul, Goiás e Paraíba se mantiveram, devido ao suposto foco de febre aftosa nesses estados. Essas restrições foram removidas até meados de 2008.

Dentre os produtos citados anteriormente, há também outros de grande relevância para a balança desse comércio bilateral, como os amendoins, o café (não torrado e torrado), carne de aves, alumina (óxido de alumínio), veículos rodoviários, o tabaco, dentre outros. Ao analisar esses dados, percebe-se que as *commodities* lideram as exportações.

Ainda sobre o Gráfico 02, verifica-se que após o valor recorde de 2008, as exportações brasileiras foram perdendo força, como pode ser visualizada no ano seguinte ao ápice, quando o valor exportado reduziu de mais de U\$ 4,6 Bilhões em 2008 para, aproximadamente U\$ 2,9 bilhões em 2009. De acordo com Rosa (2014), essa queda nas exportações brasileiras para a Rússia são consequências da crise econômica de 2008 e, a oscilação dos anos seguintes são frutos das medidas protecionistas adotadas por ambos os lados para conter os efeitos dessa crise.

Gráfico 3 - Importações brasileiras originárias da Rússia no período de 1997 a 2020.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados no Portal Comexstat, 2021.

Analisando as importações brasileiras provenientes da Rússia, conforme mostra o Gráfico 03, verifica-se que elas mantiveram uma tendência de crescimento no período de 1997 a 2008, seguida de uma queda brusca em 2009, que, conforme demonstrado anteriormente, pode ter sido motivada pela crise financeira de 2008.

No período de 1997 a 2017, com exceção do ano 2000, o saldo comercial entre esses dois países foi superavitário para o Brasil, mostrando, assim, que as exportações brasileiras para a Rússia superaram as importações brasileiras de produtos de origem russa. Nos últimos anos (2018, 2019 e 2020) essa condição vem caminhando no sentido oposto.

De acordo com Jubran (2012, p. 140 e 161), os déficits comerciais incomodavam a Rússia, fato que foi discutido em sucessivos encontros bilaterais; além disso, outra reclamação da Rússia está relacionada com a falta de diversificação do comércio; entre os produtos que a Rússia deseja vender para o Brasil estava o trigo, que passou a ser vendido em 2010, mas ainda em quantidades simbólicas.

Sobre os produtos importados pelo Brasil da Rússia, a liderança, em todos os anos, pertence a fabricação de fertilizantes e de compostos nitrogenados, que passou de US\$ 186.238.056,00, em 1997, para US\$ 1.786.335.503,00, em 2020.

Quanto ao mencionado produto, um fato importante aconteceu em 2014, quando, conforme Golub (2019), a Câmara de Comércio Exterior do Conselho de Ministros do Brasil aboliu os impostos sobre a importação de fertilizantes de alta qualidade e ecologicamente seguros produzidos na Rússia.

Além desses produtos, que sempre foram os mais importados, têm-se outros bastante importantes na balança comercial dessa relação bilateral, são eles: o carvão, o alumínio, a prata, a platina e outros metais do grupo platina; borrachas sintéticas; óleos combustíveis de petróleo; produtos laminados planos de ferro ou aço; dentre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou tratar das relações bilaterais entre o Brasil e a Rússia, no âmbito comercial, dando destaque para os acordos firmados entre os anos 1990 e 2020, a fim de saber se esses contribuíram para o aumento do comércio entre os dois países.

Para viabilizar a compreensão sobre a temática, abordou-se algumas teorias do comércio internacional, como a teoria da vantagem comparativa, de Ricardo (1817), a teoria da similaridade entre a renda *per capita*, de Linder (1961), entre outras. Por exemplo, para a primeira teoria, a relação comercial entre Brasil e Rússia teria como objetivo a aquisição de produtos que fossem mais baratos e mais fáceis de produzir, em cada um deles, considerando as condições climáticas, geográficas, para aproveitar o potencial dos países em setores específicos.

Já para a teoria de Linder, a proximidade entre as Nações teria como centro a similaridade entre os Produtos Internos Brutos daquelas, pois é um ponto facilitador para o comércio, evitando-se a produção para exportação dos produtos cujo consumo interno do país fosse relativamente baixo, incerto, desconhecido e não seria facilmente controlado.

Outro fator de destaque na relação entre o Brasil e a Rússia é a globalização, que está diretamente ligada não só ao comércio, como também ao processo de integração entre os países, as pessoas, aos bens, aos serviços.

Nesse contexto, observou-se que o comércio exterior não surgiu apenas com o intuito de crescimento econômico por parte dos países participantes, mas sim, para uma ajuda mútua, pois todos saem com alguma vantagem, seja com a aquisição de determinado insumo ou de produto escasso em seu país.

Apesar da dificuldade no levantamento de dados, bem como em encontrar trabalhos sobre o comércio bilateral Brasil e Rússia, apontando para a necessidade de novos estudos sobre a temática, a partir da análise realizada no presente trabalho, pode-se afirmar que é de grande importância que a realização de acordos comerciais entre as nações continue acontecendo.

No tocante à relação comercial entre o Brasil e a Rússia, percebe-se que houve, de fato, um crescimento no comércio bilateral dessas Nações, principalmente,

após o firmamento dos acordos bilaterais como a criação da CAN, em 1997, e também o acordo de "Parceria Estratégica" o diálogo tornou-se mais fácil e rápido.

Além disso, com a participação de ambos os países do BRICS, na OMC e na ONU, tornou-se mais fluida a parceria comercial. No entanto, como afirmado por Wiira (2019, p. 7), entre os anos 2006 e 2009 houve uma “baixa prioridade que Rússia e Brasil conferiam-se mutuamente em questões concretas da relação bilateral, um franco contraste com a fluidez no diálogo político em âmbito multilateral”.

Conforme observou-se dos gráficos, ao longo dos anos de parceria, o volume de negociações aumentou significativamente. Conduto, quando da realização de outros diálogos, precisamente, com a vinda do Presidente Putin, em 2004, que além de solucionar o embargo à aquisição de carne bovina brasileira, imposto pelo governo russo, estreitou as demais relações comerciais, através de flexibilizações fitossanitárias, viabilizando um crescimento ainda mais expressivo nas trocas de produtos.

De forma semelhante, em 2014, a Câmara de Comércio Exterior do Conselho de Ministros do Brasil aboliu os impostos sobre a importação de fertilizantes de alta qualidade e ecologicamente produzidos na Rússia, o que acabou sendo benéfico para ambos os países, tanto em termos econômicos para o Governo Brasileiro, por ter ficado, de certo modo, um custo mais baixo para essas importações, tanto para o Governo russo, o qual foi agraciado por vender em maior quantidade esses produtos ao Brasil.

Com efeito, pode-se afirmar que, paralelamente às teorias do comércio internacional, o diálogo entre as Nações, materializado em acordos, têm papel fundamental no desenvolvimento econômico do comércio interno, a exemplo do ocorrido com o Brasil e a Rússia dos anos 1990 até 2020.

Por fim, conforme ressaltado, a presente temática possui poucos – ou quase nenhum – trabalhos elaborados, dificultado o seu estudo, mas que, por outro lado, sugere a realização de novas pesquisas, a fim de aprimorar a compreensão das relações comerciais bilaterais comerciais entre o Brasil e a Rússia.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. G.; CENDÓN, B. V. Avaliação do impacto do treinamento sob a perspectiva da competência informacional: o caso do Portal de Periódicos da Capes. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 21, n. 1, Jan - Abr, 2015.

BACK, S. N. B. **A liberalização comercial em âmbito global sobre os fluxos comerciais e de investimento externo direto (IED) dos países do BRICS – período 2000 a 2015**. 2020. 247 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

BAUMANN, Renato. Et al. **BRICS: estudos e documentos**. Brasília: FUNAG, 2015. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/1126-BRICS-Estudos_e_Documentos.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicado do Ipea nº 86**. Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS. Publicado em: 13 abril 2011. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4597/1/Comunicados_n86_Relac3%a7%c3%b5es_comerciais.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

BRASIL. Itamaraty. O que é o BRICS. Publicado em: 2019. Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>. Acesso em: 10 set. 2021.

BRASIL. Ministério da indústria, comércio exterior e serviços. **Exportação e importação geral (COMEXSTAT)**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Embaixada do Brasil em Moscou**. Disponível em: http://moscou.itamaraty.gov.br/pt-br/brasil_-_russia.xml. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Tratados internacionais. **Acordos internacionais só podem ser estabelecidos entre países e assinados pelos seus presidentes?**. Publicado em: 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/tratados-internacionais#III.3>. Acesso em: 18 set. 2021.

CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

COUTINHO, E. S.; PEIXOTO, F. V. L.; RIBEIRO FILHO, P. Z.; AMARAL, H. F. De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, out./dez. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rege/article/download/36536/39257/43073>. Acesso em: 10 jun. 2021.

FIGUEIRA, Ariane Ronder. **Introdução à análise de política externa**. Saraiva, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502132870/>. Acesso em: 11 maio 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOLUB, Dmítiri. **Rússia e Brasil querem aumentar o comércio bilateral**. *In*: Russian Beyond. Publicado em: 04 dez. 2019. Disponível em: <https://br.rbth.com/economia/83177-russia-brasil-comercio-bilateral>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GONÇALVES, R.; BAUMAN, R.; PRADO, L.C.D., CANUTO, O. **A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

GOVERNO DA FEDERAÇÃO RUSSA. **Declaração conjunta**. Publicado em: 1997. Disponível em: http://pravo.gov.ru/proxy/ips/?doc_itself=&nd=102049374&page=1&rdk=0&link_id=11#l0. Acesso em: 28 ago. 2021.

GREMAUD, A. P.; TONETO JR, R.; VASCONCELOS, M. A. S. **Economia brasileira contemporânea**. 8ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.

GUIMARÃES L.; MARTCHENKO, A. A estratégia global da União Soviética e a América Latina. XII **Reunião Anual da ANPOCS**. Águas de São Pedro, SP, out. 1988.

KOSHIYAMA, D. B. **Crescimento econômico e comércio externo: teorias e evidências empíricas para o Brasil**. 2008. 124 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

JUBRAN, B. M. **Brasil e Rússia: política, comércio, ciência e tecnologia entre 1992 e 2010**. 225f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Programa de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS), 2012.

NÓBREGA, Maílson da; RIBEIRO, Alessandra. **A economia: como evoluiu e como funciona – ideias que transformaram o mundo**. São Paulo: Trevisan Editora, 2016.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. **A política Externa Brasileira no Governo Lula (2003-2010): Um exercício de Autonomia pela Assertividade?** Publicado em: ago 2014. Disponível em:

<https://www.cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/03/politica-externa-brasileira-governo-lula-2003-2010-exercicio.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Externa Brasileira**. Saraiva, 2005.

Disponível em:

https://www.academia.edu/40015989/OLIVEIRA_Henrique_Altemani_Politica_Externa_Brasileira. Acesso em: 14 maio 2021.

OLIVEIRA, I. T. M. Livre comércio versus protecionismo: uma análise das principais teorias do comércio internacional. **Revista Urutáguá**, Maringá, n. 11, dez-mar, 2007. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/011/11oliveira.htm>. Acesso em: 22 abr. 2021. (p. 1-18).

PINHO, Anderson Gaspar Inácio. **De Cardoso a Lula: um balanço da diplomacia presidencial no Brasil**. Publicado em: mar 2016. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17393/1/2016_AndersonGasparInacioPinho_tcc.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

ROSA, V. G. **Brasil e Rússia: uma parceria verdadeiramente estratégica?** 2014. 187f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Programa de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2014.

RÚSSIA. **Embaixada da Federação da Rússia na Federação do Brasil**.

Disponível em: https://brazil.mid.ru/web/brasil_pt. Acesso em: 10 set. 2021.

RÚSSIA. **Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia**. Brasil. Sobre o país.

Disponível em: <http://pt.mid.ru/maps/br/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. Teorias do Comércio Internacional, Estrutura Produtiva e Crescimento Econômico. **Revista Economia Ensaios**, v. 32, n. 1, 2017.

SMITH, Adam. **Wealth of Nations**. (1776). New York, US: Classic House Books, 2009.

VASCONCELOS, M. A. S. **Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2011.

VILLELA, A. B.; BRUCH, K. L. Ensaio sobre as teorias de comércio internacional. In: VIEIRA, A. C. P.; ZILLI, J. C.; BRUCH, K. L. (Org.). **Propriedade intelectual, desenvolvimento e inovação: ambiente institucional e organizações**. Criciúma: EDIUNESC, 2017. p. [186]-203. DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/pidi09>.

WIIRA, N. O. **Notas sobre as relações entre Brasil e Rússia na era Putin e perspectivas para o governo de Jair Bolsonaro**. In: XIX FÓRUM DE ANÁLISE DE CONJUNTURA: "OS NOVOS RUMOS DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA".

Marília, 2019. Disponível em:

<http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/20191219164114.pdf>. Acesso em 09 set. 2021.

APÊNDICE 01

Quadro 01: artigos consultados em Periódicos da CAPES

Núm.	Título	Objetivos	Palavras-chaves
1	O início, os fins e o meio: o Código Florestal	revisita, sob a forma de revisão bibliográfica, o desenvolvimento das ideias que legitimam a dominação, a exploração e a simplificação da biodiversidade, a partir do contexto histórico-político brasileiro, presentes desde a edição do Código Florestal de 1965 e mantidas no novo Diploma de 2012.	Novo Código Florestal. Inconstitucionalidade. Supremo Tribunal Federal. Modus operandi ditatorial. Retrocesso.
2	Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	-	-
3	Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020, Vol.39, pp.1-114	-	-
4	Un paso adelante, dos pasos hacia atras.	-	-
5	The Russo-Georgian War (2008): the field technological	O presente artigo trata da guerra	Russia; Georgia; Internet; Cyberwar;

	innovation	entre Rússia e Geórgia em 2008 por causa da disputa sobre Ossétia do Sul e Abecásia, territórios secessionistas e russofilos.	Caucasus
6	Incentivos para Internacionalização são adequados? Percepção dos Pesquisadores em Administração da Informação		
7	COMÉRCIO MARÍTIMO BRASILEIRO: BUSCA DE PAÍSES REFERÊNCIA PARA DESENVOLVER A NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM	O objetivo do artigo é selecionar países referência para análise e desenvolvimento da navegação comercial brasileira. O País é vocacionado para explorar esse modal, dado o extenso litoral e potencial...	Maritime Trade; Cabotage Navigation; Efficiency; Navigation development; Data Envelopment Analysis
8	Gramsci and the critique of political economy: studies on the determined market	One of the objectives of this article is to reassess the significance of studies on economics in Gramsci's theory.	-
9	Constituições soviéticas: da dissolução do Estado ao Estado-	O presente artigo opera uma análise comparada das quatro constituições,	Teoria do Estado; Constitucionalismo; URSS

	Partido	identificando suas aproximações e seus distanciamentos. A hipótese apresentada é a de que houve uma transição gradual cujo marco inicial era a ideia de dissolução do Estado, presente em 1918, e que culmina com a fusão Estado-Partido em 1977.	
10	RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E ESTRUTURA DE CAPITAL, O CASO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS E CHINESAS LISTADAS NA NYSE	-	-
11	PROPOSIÇÃO DE UM INSTRUMENTO DE MENSURAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES DINÂMICAS	Objective: this study aims to build and validate a measurement scale of the component elements and the organizational mechanisms for the development of dynamic capabilities (DC) in organizations.	-
12	A contrarreforma da previdência, crise do capital e da previdência privada	-	Sistema da dívida; Previdência privada; Fundos de pensão

13	Análise do impacto de mudanças institucionais sobre a produção de açúcar no Brasil entre 1980 a 2015	O objetivo deste trabalho é mensurar o impacto de mudanças institucionais sobre a produção de açúcar no Brasil, entre 1980 e 2015	Açúcar. Mudanças Institucionais. Setor Sucroalcooleiro. Econometria.
14	Cultura geográfica, colonialidade e economia-mundo: o centro da América do Sul nos 'mapas sertanistas' (primeira metade do século XVIII)	-	-
15	ELECTRONIC WORD OF MOUTH (E-WOM) E ESCOLHA DO DESTINO TURÍSTICO POR PESSOA COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA (PCDMR)	Objetivo do estudo: Analisar o impacto do e-WOM na escolha do destino turístico por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (PcDMr)	-
16	The Policy-Making Capacity of Foreign Ministries in Presidential Regimes: A Study of Argentina, Brazil, and Mexico, 1946-2015.(POLITICS AND INTERNATIONAL RELATIONS)	-	-

17	O modelo ocidental de guerra revisitado: méritos e problemas de uma teoria militar	Este artigo tem por objetivo criticar a teoria do modelo ocidental de guerra, proposta por Hanson, a partir do que a historiografia tem identificado como seus principais problemas: a alegada continuidade da arte da guerra ocidental através dos séculos, começando com os gregos antigos; e o chamado "contraste asiático", com alguns dos seus desdobramentos.	Victor Davis Hanson, Hellenism, ancient Greece, Military History, West
18	Breaking out of the Regulatory Delusion. The Ban to Surrogacy and the Foundations of European Constitutionalism	-	-
19	Nação, simbolismo e revolução na Ucrânia: experiência etnográfica tensa na/da liminaridade	-	-
20	CAUSAS E IMPACTOS DA INSTABILIDADE POLÍTICA NA PERFORMANCE DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	Esta pesquisa apresenta um estudo reflexivo acerca de possíveis causas e os impactos da instabilidade política no desempenho do comércio	Instabilidade Política, Comércio Exterior, Globalização, Governos, Crise Política

		internacional. Países estudados: Tunísia, Ucrânia, Paraguai e Brasil.	
21	Relacionamentos Interpessoais Formal e Informal: Interação das Redes no Ambiente Acadêmico	-	-
22	O uso da fitoterapia durante a gestação: um panorama global	-	-
23	VIRALIDADE INTERTEXTUAL E REPERTÓRIOS VERNACULARES: MEMES DA INTERNET COMO OBJETOS CONECTANDO DIFERENTES MUNDOS ON-LINE	Este trabalho tanto esclarece as interdependências intertemporais e lógicas entre produção cultural e viralidade quanto revela o poder conector de cenários vernaculares e práticas expressivas compartilhadas para coletividades de consumidores on-line.	Memes da internet, coletividades de consumidores, viralidade, intertextualidade, repertórios.
24	ANATOMIA DA CORRUPÇÃO TRANSNACIONAL: DESVENDANDO AS TEIAS E TRILHAS DO DINHEIRO SUJO EM NEGÓCIOS LEGÍTIMOS	-	-

25	AS INFLUÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO NO MOVIMENTO MIGRACIONAL A PARTIR DO PARADIGMA DA COMPLEXIDADE	-	complexity paradigm, postmodernity, globalization, migrations, influences
26	Ativismo codificado: protestos em rede e movimentos sociais na era das plataformas digitais	-	-
27	Liberdade de Expressão: Teorias, Fundamentos e Análise de Casos	-	-
28	-	-	-
29	Assistentes sociais para além do serviço social	-	-
30	Por uma etnoarqueologia dos trancados ameríndios	-	-
31	PODER E DEMOCRACIA: Uma análise da rede de financiamento	Este artigo analisa as relações de	

	eleitoral em 2014 no Brasil	poder político-empresarial constituídas no processo de financiamento eleitoral, em 2014, no Brasil.	-
32	ORDEM ECONÔMICA CONSTITUCIONAL, TRIBUTAÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA: A EXIGÊNCIA DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS COMO REQUISITO PARA DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	-	-
33	Os desafios éticos da Razão Empreendedora	O texto apresenta e discute os novos personagens que têm crescente presença no ambiente de pesquisa, quais sejam o pesquisador empreendedor e a universidade empreendedora.	-
34	MICROCHIP HUMANO E A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: UM MUNDO NOVO A SER ANALISADO EM FACE DOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA	-	-

35	Poverty as a malware: applications and retraction of social rights	The article aims to present reflections about the relations between the applications and the economic crisis of 2008 and the retraction of social protection systems influenced by neoliberal rationality.	-
36	O lugar das fontes renováveis no relacionamento do Brasil com os "RICS" na área de energia: uma análise da agenda bilateral e das declarações de cúpula (1990-2018)	avaliar como as fontes renováveis permeiam os acordos bilaterais firmados pelo Brasil na área de energia com os "RICS"; e entender como o debate está caracterizado nas declarações conjuntas das cúpulas do bloco.	-
37	Parlamentos regionais nas negociações comerciais: o Parlamento Europeu e o do Mercosul no acordo União Europeia-Mercosul	O objetivo deste artigo é discutir o papel e a relevância dos parlamentos regionais nessas negociações, que perduram mais de 20 anos.	-

38	The Relations between Peru and the Russian Empire through diplomatic archives (1860-1917)	-	-
39	Venezuela suspensa e as negociações Mercosul-União Europeia: uma análise a partir dos antecedentes paraguaios	O presente artigo procura analisar o status venezuelano frente às negociações entre Mercosul e UE.	-
40	Relações econômicas internacionais na América Latina: um estudo sobre as percepções das elites parlamentares	O artigo procura identificar quais são os determinantes que influenciam as opções expressas pelo parlamentar, colocando em contraste suas opções por relações políticas e econômicas entre países da região versus suas opções por países de outras regiões e as grandes potências econômicas.	Elites parlamentares; Poder Legislativo; América Latina; relações econômicas internacionais

41	A contribuição das atividades de base agropecuária na geração de emprego nos municípios de Mato Grosso do Sul (Brasil)	O objetivo deste estudo foi analisar a contribuição das atividades de base agropecuária na geração de emprego formal.	-
42	Existe espaço para as crianças na televisão! A presença da programação infantil na TV aberta mundial	Este trabalho objetiva compreender o lugar que a programação infantil ocupa na TV aberta considerando o papel das grades de programação	-
43	Conservative in customs and liberal in economics: freedom, equality and democracy in Burke, Oakeshott and Hayek	-	-
44	A formação do complexo regional de segurança energética pela Energiewende na União Europeia.	No artigo discute-se como a Energiewende converge a UE para um complexo de segurança energética.	Energy; Energy Security; Germany; European Union.

45	UM BALANÇO DA ATUAÇÃO DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL ATÉ AQUI: SELETIVIDADE E NEOCOLONIAL IDADE	Buscou-se, como objetivo geral, investigar essa atuação desde 2002, com sua criação pelo Estatuto de Roma e início de vigência, até os dias atuais.	-
46	GUERRAS POR RECURSOS: O PETRÓLEO NO BRASIL	O objetivo desse artigo foi analisar o setor de petróleo no Brasil a partir de uma perspectiva geopolítica de "guerras por recursos", que caracteriza...	Resource wars; Petroleum; Brazil
47	Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária	-	-
48	Cloth masks in public places: an essential intervention to prevent COVID-19 in Brazil	-	-

49	EL CAMBIO CLIMÁTICO Y LA RESPUESTA DE LAS GRANDES POTENCIAS. EL CASO DE ESTADOS UNIDOS Y CHINA	-	-
50	Pharmacological therapies for patients with human coronavirus infections: a rapid systematic review	-	-
51	GÊNESE DA TEORIA DOS GEOSISTEMAS: UMA DISCUSSÃO COMPARATIVA DAS ESCOLAS RUSSO-SOVIETICA E FRANCESA	-	-
52	Ciência e nação. Imprensa como observatório da cultura em Lima Barreto	-	-
53	Feminist and Vegan: Gastropolitics and Conventions of Gender, Sexuality and Species among Young Feminists	-	-

54	FATORES DETERMINANTES DE INSERÇÃO NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA MINERAL	Objective: To investigate the determinants for the participation of the mineral industry in the global value chains (GVCs) of the countries that will be analyzed.	-
55	The power of waste: Anthropological approaches to solid waste	-	-
56	ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DE TERMINAIS DE GRANÉIS SÓLIDOS UTILIZANDO O MÉTODO DEA	O presente trabalho apresenta o estudo da eficiência relativa de terminais de granéis sólidos brasileiros utilizando o método de análise envoltória de dados	Efficiency; Solid Bulk Terminals; Data Envelopment Analysis--DEA
57	Trabalho Invisível e Ilícito: reflexões criminológicas críticas e feministas do aumento do encarceramento de mulheres por tráfico de drogas no Brasil	-	-

58	A GEOECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO CHINES: DAS QUATRO MODERNIZAÇÕES A BELT AND ROAD INITIATIVE	Após o final da Guerra Fria, muitos analistas passaram a analisar a forma pela qual o sistema internacional se estruturaria.	Geeconomics, Economic Development, China
59	O Banco Interamericano de Desenvolvimento e as diretrizes da Política Externa Norte-Americana para a América Latina: a atuação do BID na Argentina e no Brasil de 1960 a 2019.	-	-
60	DESAFIOS PARA A EXTRAÇÃO SUSTENTÁVEL DE MINÉRIOS PORTADORES DE TERRAS RARAS	-	-
61	Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho	-	-
62	The Return of the Bear? Russian Military Engagement in Latin America: The Case of Brazil		

63	Diagnóstico do desempenho de agroindústrias do segmento de curtume frente aos conceitos da LSCM	Este artigo tem como objetivo diagnosticar por meio da Lean Supply Chain Management (LSCM) aspectos de melhoria na gestão do elo curtume da cadeia do couro do Oeste Paulista/SP.	Cadeia Produtiva do Couro. Gestão da Cadeia de Suprimentos. Lean Production. Estado de São Paulo.
64	O ESCRAVO VAI À ÓPERA: ÓPERA E ESCRAVIDÃO NO RIO DE JANEIRO AO REDOR DE 1850	-	-
65	"Os Transparentes" de Ondjaki: Luanda como metáfora de Angola	-	-
66	A dimensão casual-explicativa dos tipos ideais: a contribuição metodológica de Max Weber para a sociologia contemporânea	O artigo propõe uma leitura e atualização do conceito weberiano de tipo ideal a partir do conceito de non-statement view de Roland Giere.	-

67	PANORAMA DAS PATENTES DEPOSITADAS NO BRASIL UMA ANÁLISE A PARTIR DOS MAIORES DEPOSITANTES DE PATENTES NA BASE DERWENT INNOVATIONS INDEX	O presente estudo analisa o depósito de patentes no Brasil, com base na verificação do maior depositante de patentes indexadas no Derwent Innovations Index de 2004 a 2016.	-
68	Mercado de Armas de Fogo Pequenas e Leves no Brasil: uma Gênese do Setor do Período Militar aos Anos Lula	O objetivo é apresentar uma gênese do setor, dando destaque para alguns pontos de inflexão e identificando variáveis que ajudam na construção e funcionamento do mercado.	-
69	A zona cinza: ordem criminoso e autodefesa armada no México	-	-

70	Petróleo e porto no norte do estado do Rio de Janeiro, Brasil	Este artigo analisa a dinâmica econômica recente do estado do Rio de Janeiro/Brasil, sob a perspectiva do padrão de crescimento econômico brasileiro, focando no processo em curso no norte do estado.	-
71	A Cultura como Mercadoria: Reflexões sobre o Processo de Mercantilização Cultural no Modo de Produção Capitalista	O artigo propõe uma reflexão sobre o papel da cultura na reprodução do sistema capitalista, bem como sobre o processo de mercantilização cultural a partir da revisão bibliográfica de um importante expoente dos Estudos Culturais, Raymond Williams, e de pensadores da Escola de Frankfurt, entre eles Theodor Adorno e Max Horkheimer.	-

Fonte: Portal de periódicos da CAPES. Consulta realizada em junho de 2021.